

Ata da 689ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação de Sorocaba (CMESO), realizada aos 09 dias do mês de junho de 2026, em formato híbrido, à rua Rua Artur Caldini, 211 – Jardim Saira, Sorocaba - SP, com transmissão simultânea pelo endereço eletrônico do canal do CMESO no YouTube <https://www.youtube.com/cmeso> e disponível pelo link do google meet <https://meet.google.com/ang-vzdu-pnn?pli=1>, com participação presencial e remota, transmissão simultânea pelo canal oficial do CMESO no YouTube e acesso virtual por plataforma de videoconferência. A reunião iniciou-se às 9:25 horas, sob a presidência do conselheiro Rogério, que abriu os trabalhos agradecendo a participação de todos. **I. EXPEDIENTE.** Verificação das presenças. Confirmado o quórum regimental, registraram-se as presenças de Antônio Rogerio Bernardo (Presidente), Paula de Fátima Soares (Vice-presidente), Daniel Tadeu Moreira dos Santos Merlin, Liane de Sousa Sai, Flávia Arruda Costa, Lauren Delgado Messias Cazerta, Rafael Ramos Castellari, Thais Helena de Oliveira Moraes, Thais Mirela Andrade Reiss, Marília Maria Rodrigues de Almeida Barreto, Andréia Schott Meira. Após a regularização do acesso dos participantes à plataforma virtual, a Presidência declarou aberta a reunião e informou que os trabalhos seriam gravados para auxiliar na elaboração da ata. Procedeu-se à leitura e apreciação das Atas nº 665 e nº 687, para as quais foram indicadas correções de identificação, registro de participantes, ausências e adequações redacionais, ficando ambas aptas para aprovação e assinatura após os ajustes. **II. PALAVRA DA PRESIDÊNCIA.** Foi retomado o questionamento encaminhado por uma diretora da Rede Municipal de Ensino acerca das orientações para o preenchimento do Censo Escolar em turmas sem professor titular, deliberando-se pelo envio de ofício à Secretaria da Educação para análise e esclarecimentos sobre o procedimento adequado. A Presidência também informou os encaminhamentos relacionados ao acesso aos arquivos utilizados na análise da prestação de contas, ficando responsável por contatar a responsável pelo material, solicitar a disponibilização do modelo atualizado e encaminhar o arquivo utilizado no exercício anterior como referência. Ao final, informou-se que o grupo institucional do Conselho no WhatsApp foi reorganizado, permanecendo apenas os conselheiros em exercício. **III. PALAVRA DOS MEMBROS.** O conselheiro Rafael relatou novamente a insuficiência e o desgaste do mobiliário escolar em unidades da Rede Municipal, destacando a necessidade frequente de transferência de carteiras e cadeiras entre salas e períodos. Diante da situação, ficou indicada a solicitação oficial de informações à Secretaria da Educação sobre o processo de aquisição e substituição do mobiliário, bem como a possibilidade de convite o representante da Pasta para prestar esclarecimentos ao Conselho e à comunidade. O conselheiro Daniel apresentou informes da Comissão de Trabalho Mista – CTM, comunicando a abertura de inscrições para recomposição das vagas de supervisão de ensino, direção escolar, orientação pedagógica e professores dos anos finais do Ensino Fundamental, além de vagas destinadas à sociedade civil e à representação do Ensino Superior, solicitando apoio dos conselheiros na divulgação do processo. Informou, ainda, que no dia 17 de junho, às 9 horas, no Sesc Sorocaba, será realizado o Primeiro Seminário dos Povos Indígenas, promovido pela Secretaria da Educação em parceria com a CTM, com palestra de professor e pesquisador pertencente ao povo Suruí, Daniel Munduruku. **IV. PALAVRA DA COMUNIDADE.** Foi registrado o recebimento de ofício apresentado por Rosana Oliveira Rocha, solicitando a impugnação da indicação de representante do Conselho para a Comissão de Trabalho Mista – CTM. A Presidência esclareceu que a indicação ocorreu por consenso entre os conselheiros titulares interessados, sem apresentação de outras candidaturas ou objeções, ficando o documento recebido para análise e posterior resposta. **V. ORDEM DO DIA.** Em relação à análise da prestação de contas do exercício de 2025, foram distribuídos os indicadores e temas entre os membros do Conselho. As conselheiras Paula e Thais Mirela ficaram responsáveis pelo planejamento orçamentário municipal e pelas obrigações legais relacionadas à Educação; As



conselheiras Lauren e Tully, pelos índices e indicadores gerais; As conselheiras Andréia, Liane e Marília, pela remuneração e formação dos profissionais da Educação; O conselheiro Rafael e as conselheiras Thaís Helena e Flávia Arruda, pelas despesas relacionadas à aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos; Os conselheiros Daniel e Rogério, pelos levantamentos estatísticos, estudos, atividades-meio e concessão de bolsas; Por fim as conselheiras Paula, Thaís Mirela e Patrícia, pelos convênios, materiais didáticos, transporte escolar, operações de crédito e despesas não admitidas no percentual mínimo constitucional. Ficou definida a apresentação de um levantamento parcial da prestação de contas na reunião de 23 de junho, devendo os membros verificar o acesso ao arquivo compartilhado e solicitar as permissões necessárias. Prosseguiu-se com a revisão e atualização do Regimento Interno do Conselho, sendo aprovadas adequações de linguagem, atualização das referências legais e substituição de expressões consideradas desatualizadas ou excessivamente jurídicas. No artigo 1º, foram atualizadas as referências à Lei Municipal nº 4.574/1994, alterada pela Lei Municipal nº 6.754/2002, e à Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nas disposições relativas à eleição da Presidência e da Vice-Presidência, manteve-se a eleição por maioria absoluta, mediante votação secreta, para mandato de um ano, permitidas duas reconduções. A expressão latina *ad referendum* foi substituída por redação que permite à Presidência adotar medidas urgentes em caráter provisório, sujeitas à posterior aprovação do Plenário. As normas referentes à confidencialidade foram adequadas à legislação de proteção de dados e acesso à informação, substituindo-se a expressão “sessões secretas” por “sessões reservadas”, admitidas apenas em casos excepcionais, previstos em lei ou necessários à proteção de informações pessoais e sensíveis, com acesso restrito às pessoas autorizadas pelo Plenário. Também foram aprovadas alterações para tornar mais democrática a condução das sessões, cabendo à Presidência dirigir os trabalhos, conceder a palavra, organizar os debates e decidir questões de ordem. Ficou previsto que conselheiros e convidados autorizados poderão se manifestar, podendo a Presidência advertir ou solicitar a retirada de quem comprometer a ordem dos trabalhos. A regra sobre interesse particular dos membros foi substituída por disposição específica sobre conflito de interesses, determinando que a pessoa conselheira declare seu impedimento e não participe da discussão ou votação da matéria correspondente. Foi aprovada a inclusão, entre as competências do Conselho, do acompanhamento das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, do Plano Municipal de Educação e das ações do Plano de Ações Articuladas – PAR. Deliberou-se pela extinção da Câmara de Ensino Médio, considerando que a Rede Municipal não oferece essa etapa de ensino. A organização mínima das demais Câmaras ficou definida em quatro membros para a Câmara de Educação Infantil, quatro membros para a Câmara de Ensino Fundamental e seis membros para a Câmara Todos pela Educação. Ficou estabelecido que a revisão do Regimento será realizada em etapas mensais, com previsão de conclusão até o final de 2026, devendo as próximas etapas contemplar a reorganização das Câmaras Temáticas, a inclusão de uma Câmara relacionada ao Plano Municipal de Educação, o detalhamento das atribuições das comissões e a regulamentação das sessões presenciais, virtuais ou realizadas em outras modalidades autorizadas. Em razão do recesso de julho, a próxima apresentação ocorrerá na primeira reunião ordinária de agosto. Na continuidade, foi apresentado o Edital CMESO nº 4/2026, destinado ao preenchimento das vagas remanescentes de representante titular e suplente do ensino particular de Educação Infantil, titular e suplente do ensino profissional e suplente da Educação Superior. Foram definidos os critérios para candidatura e participação dos eleitores, incluindo experiência profissional, formação acadêmica ou atuação em projetos educacionais e comunitários. As inscrições e a votação ocorrerão exclusivamente em formato eletrônico, cabendo à Comissão Eleitoral analisar



a documentação, divulgar o deferimento ou indeferimento das inscrições e apreciar eventuais recursos. Foi aprovado o seguinte cronograma: publicação do edital em 15 de junho; inscrições de candidatos e eleitores de 16 a 24 de junho; divulgação das inscrições deferidas ou indeferidas em 26 de junho; apresentação de recursos em 29 e 30 de junho; divulgação da relação definitiva em 3 de julho; início da divulgação das candidaturas em 6 de julho; votação eletrônica das 8 horas do dia 13 de julho às 17 horas do dia 17 de julho; e apuração e publicação do resultado em 20 de julho. Determinou-se a atualização da composição da Comissão Eleitoral, com a inclusão dos atuais membros e o registro de Taís Mirela como coordenadora, bem como a solicitação ao setor de Informática para cadastramento dos novos integrantes no grupo institucional de e-mails da Comissão. Após as adequações, o edital foi aprovado. **VI. ENCERRAMENTO.** Confirmou-se que, após a reunião de 23 de junho, as atividades ordinárias serão interrompidas durante o recesso de julho e retomadas em agosto. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradeceu a participação de todas e todos, dando a reunião por encerrada. Eu, Rafael Ramos Castellari, secretário da reunião, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, seguirá assinada por mim e pelos demais presentes.

